



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS,
EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS

O QUE SE DIZ QUANDO SE PENSA “MULHER” NO PLANO DE GOVERNO DOS
CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO BRASIL NO PLEITO DE 2022

Maria Luísa Winik Drum

Passo Fundo
2024

O QUE SE DIZ QUANDO SE PENSA “MULHER” NO PLANO DE GOVERNO DOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO BRASIL NO PLEITO DE 2022

Maria Luísa Winik Drum

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

RESUMO: Esta pesquisa busca investigar o que é dito quando mencionado o termo “mulher” nos planos de governo dos partidos que disputaram o segundo turno da corrida eleitoral à presidência do Brasil no pleito de 2022 (Partido dos Trabalhadores - PT - e Partido Liberal - PL). O texto explora a Linguística Textual segundo Ingedore Koch (1997), ou seja, a análise de coesão, coerência e dos fatores pragmáticos (aceitabilidade, informatividade, situacionalidade, intencionalidade e intertextualidade) da Linguística do Texto no texto dos planos de governo dos partidos em questão. O texto analisa as ocorrências do termo “mulher” dentro dos textos dos planos de governo segundo a teoria da Linguística Textual e justifica a análise com excertos dos próprios textos.

Palavras-chave: Coesão. Coerência. Eleitoral. Linguística. Mulher.

ABSTRACT: This research aims to investigate what is said when the term “woman” is mentioned in the government plans of the parties that contested the second round of Brazil's 2022 presidential election (Partido dos Trabalhadores - PT - and Partido Liberal - PL). The text explores Textual Linguistics according to Ingedore Koch (1997), focusing on the analysis of cohesion, coherence, and pragmatic factors (acceptability, informativity, situationality, intentionality, and intertextuality) within Text Linguistics in the context of the government plans of the mentioned parties. The study analyzes occurrences of the term “woman” in the texts of the government plans based on the theoretical framework of Textual Linguistics and supports the

analysis with excerpts from the texts themselves.

Key-words: Cohesion. Coherence. Electoral. Linguistics. Woman.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema principal a análise do discurso implícito nos planos de governo apresentados pelos partidos cujos candidatos disputaram o segundo turno das eleições presidenciais no Brasil em 2022, particularmente no que diz respeito aos direitos humanos femininos. A proposta central desta reflexão está embasada na identificação e interpretação dos discursos, tanto implícitos quanto explícitos, contidos nos documentos oficiais de campanha disponibilizados pelos dois partidos em questão: PL (Partido Liberal), representado por Jair Messias Bolsonaro, e PT (Partido dos Trabalhadores), por Luiz Inácio Lula da Silva.

O problema de pesquisa que norteia este trabalho é a investigação e análise teórica dos possíveis significados implícitos e explícitos no tratamento linguístico dado às mulheres e aos direitos humanos femininos nos planos de governo dos partidos já citados. A relevância deste trabalho reside na necessidade contínua e urgente, já percebida há décadas, de fomentar uma reflexão crítica, social e cultural sobre o que é previsto politicamente para as mulheres na sociedade, assim como a forma que elas são representadas e silenciadas.

O objetivo geral deste estudo é investigar e analisar os aspectos implícitos e explícitos nos discursos contidos nos planos de governo do PL e do PT, especificamente no uso do termo “mulher”. Entre os objetivos específicos, destacam-se: discutir o conceito de texto com base na Linguística Textual segundo a perspectiva de Ingedore Koch (1992); aprofundar o estudo dos conceitos fundamentais da linguística textual – coesão, coerência e os fatores pragmáticos, sendo eles: 1. aceitabilidade; 2. informatividade; 3. intertextualidade; 4. situacionalidade; 5. intencionalidade; pressuposto e subentendido; por fim, examinar os elementos de textualidade aplicados às análises propostas. Este trabalho irá contribuir com o avanço teórico no campo da linguística do texto, ampliando discussões acadêmicas dessa área.

O principal referencial teórico que sustenta a pesquisa é composto por obras e conceitos de Ingedore Koch (1990, 1992, 1997), tomando os estudos da Linguística do Texto como base teórico-metodológica para esta reflexão. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de

natureza qualitativa, explicativa, documental e bibliográfica, estruturada em quatro seções, sendo: 1. O texto: uma reflexão necessária; 2. A coesão e a coerência do texto; 3. Os fatores pragmáticos do texto: já olhando para o texto; 4. As informações implícitas na construção de sentido no texto. Ao final das análises realizadas, o trabalho apresentará considerações finais que buscam não apenas responder à problemática proposta, mas também contribuir significativamente para o avanço das discussões no campo da Linguística Textual e dos estudos linguísticos.

1. O TEXTO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Nesta seção, aprofundamos uma discussão acerca do texto, à luz da Linguística do Texto, a qual envolve questões como coesão, coerência e fatores pragmáticos. Defendemos a ideia de que o texto não pode ser visto somente como unidade da língua, mas um enunciado concreto, participante das relações dialógicas, ou seja, o texto se relaciona com elementos internos a ele e com textos - e elementos internos a esses textos - externos a ele. Por essa razão, discutimos, na sequência, o conceito de texto enquanto uma unidade de sentido e sua relação com as unidades da língua.

1.1 O conceito de texto

Podemos começar pensando que a principal função do texto é comunicar, seja informar, persuadir ou emocionar. Além disso, Ingedore Koch (1992), linguista brasileira que dedicou seus estudos à Linguística do Texto, ao discutir a presença do texto, aponta que este não existe num vazio, isto é, ele sempre participa de um contexto social determinado, o qual é gerido por fatores culturais e históricos. Isso significa que nenhum texto é estático, mas sim um evento em constante transformação, pois os discursos e suas interpretações mudam dependendo do contexto em que está inserido e dos indivíduos que o cercam.

O texto, em se tratando de suas unidades linguísticas, não é neutro e imparcial. Como aponta Ingedore Koch em *O texto e a construção de sentidos* (1992), o significado de um texto não é autônomo, mas está intrinsecamente ligado ao contexto social, cultural e histórico em que é produzido e recebido, ou seja, quando colocado em ação de fala e interpretação sócio-cultural,

ganha forma conforme os acordos realizados entre o autor do texto e seu interlocutor. Portanto, um texto trata de ações conjuntas dependentes de fatores internos e externos aos indivíduos envolvidos no ato comunicativo.

Assim, a interação entre os indivíduos tem papel fundamental na construção de sentido do texto, objeto de trabalho da Linguística do Texto. Suas crenças, valores, contexto histórico e social, conhecimento de mundo, capacidade de intertextualidade e esferas sociais fazem com que os processos de interação sejam influenciados diretamente, resultando em construções de sentido distintas. Essas interações fazem com que os textos criem redes de sentido, resultando na compreensão da linguagem.

Nesse contexto, um grande pensador da interação foi Mikhail Bakhtin (2002), o qual, ao discutir aspectos relacionados à poética de Dostoiévski, refletiu acerca dos processos da língua em sua concretude. Ao analisar a sua totalidade (por mais impossível que seja esse movimento), o pensador entende que a língua é viva e, por isso, adquire a propriedade de ser dialógica: ela estabelece sentido entre os enunciados, que precisam das unidades da língua, mas sempre fazem parte da cadeia de comunicação discursiva (Bakhtin, 2002). O sujeito do discurso, ao interagir, leva em consideração o discurso de outrem. Por isso, o enunciado é visto como um elo, transpassado por conexões sem fim.

Com isso, a pesquisa interpreta e analisa os planos de governo dos partidos em questão com a visão de não serem apenas textos com unidades linguísticas vazias e estruturas específicas, mas documentos com possibilidades de discursos, construções de sentido e relações intertextuais. Como o nosso foco reside no uso de termos presentes nos documentos, entendemos que a presença ou a ausência deles evidencia efeitos de sentido importantes à análise presente.

Exemplo disso é a interpretação acerca da afirmação: “é mulher”. Ela não pode ser vista como uma mera afirmação. Esse discurso envolve o enunciado pelo contexto e pela entonação. As unidades linguísticas presentes no enunciado – *é mulher* – podem ser as mesmas, mas o enunciado em si é irrepetível (Bakhtin, 2011). Isso significa dizer que o discurso do enunciado pode ser pejorativo ou empoderado, dependendo do contexto em que está inserido. Por isso, se fosse dito *é mulher* por parte de membros do Partido dos Trabalhadores, seria visto de uma forma específica, com diferentes recepções. Por outro lado, se as mesmas unidades linguísticas fossem mencionadas por membros do Partido Liberal, haveria uma visão muito diferente do enunciado. Por isso, inúmeros discursos podem estar presentes em “é mulher”, dependendo de quem, onde,

quando e como se fala. Assim, a construção de sentido do enunciado é influenciada pelo meio em que está inserida.

Portanto, fica evidente que as unidades linguísticas são repetíveis, pois não são destinadas a ninguém. Os enunciados, no entanto, possuem discurso e são irrepetíveis. O sentido é irrepetível. Eles – os enunciados – levam consigo emoções, crenças e juízos de valor. Cada vez que o enunciado acontece, também será reconstruído o seu sentido por se tratar de uma nova ocasião, assim, o seu acontecimento resultará em um novo discurso. Na seção seguinte, abordamos a coesão e a coerência e posteriormente os fatores pragmáticos, que participam da organização do sentido de um texto, à luz da Linguística do Texto.

2. A COESÃO E A COERÊNCIA DO TEXTO

Para Ingedore Koch (1997), um texto é mais do que a soma de suas partes. Um texto possui uma organização interna coerente com seu sentido global e função comunicativa. Os principais pontos defendidos por Ingedore Koch (1992) em sua Linguística do Texto são a coesão, a coerência e os fatores pragmáticos: 1. aceitabilidade; 2. informatividade; 3. intertextualidade; 4. situacionalidade; 5. intencionalidade. Nesta seção, abordaremos a coesão e a coerência. Posteriormente será exposto o estudo sobre os fatores pragmáticos.

A coesão e a coerência textual são dois conceitos fundamentais para a textualidade acontecer e para um texto ser, de fato, chamado de texto. A coesão se refere aos mecanismos linguísticos que ligam as partes de um texto, como pronomes, conjunções e repetições. Já a coerência diz respeito à organização lógica das ideias, à construção do sentido global e à adequação do texto ao seu contexto. A coerência torna as ideias e os argumentos de um texto bem formulados e com sentido semântico palatável para quem o lê, enquanto a coesão faz o papel do sentido sintático. Essa ideia da pensadora se confirma na obra *O texto e a construção dos sentidos*:

Podemos conceituar a coesão como o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos (Koch, 1997, 45).

A citação clarifica que a linguista defende coesão como um elemento essencial para a construção de um texto com sentido maior, global, e não apenas sintático. As relações mais complexas de sentido são construídas a partir de estruturas que dão conta dos fatores formais da língua e são mais superficiais em um texto. Após isso, conseguimos obter um nível mais aprofundado na construção semântica de um texto.

Uma das modalidades em que Ingedore Koch (1997) separa a coesão é a remissão. A coesão por remissão tem a função de reativação de referentes:

A reativação de referentes no texto é realizada por meio da referência anafórica ou catafórica, formando-se, deste modo, cadeias coesivas mais ou menos longas. Aquelas que retomam referentes principais ou temáticos (por exemplo, protagonista e antagonista, na narrativa; ser que é objeto de uma descrição; tema de uma discussão, em textos opinativos) percorrem em geral o texto inteiro (Koch, 1997, p. 46).

Ou seja, a coesão por meio de remissão pode ser efetuada por ordem gramatical, como por pronomes, advérbios e artigos definidos, elementos que realizam função de sinônimos lexicais, conforme exemplo concedido pela própria linguista: “A jovem acordou sobressaltada. *Ela* não conseguia lembrar-se do que havia acontecido e como fora parar ali” (Koch, 1989, p. 46, grifo da autora). Nesse exemplo da autora, é visível o papel que o pronome *ela* realiza durante a coesão por remissão, pois retoma o sujeito por meio de uma referência, processo discutido na Linguística do Texto como elemento fundamental na construção do sentido do texto.

Já a coerência não se baseia em fatores gramáticos de um texto, mas no sentido do contexto total do texto. As palavras e os mecanismos de coesão usados podem estar corretos e mesmo assim o texto não ter coerência alguma. Assim como o texto pode ser coerente, mas conter erros de coesão. Um exemplo de que isso é possível é o texto *Show*, produzido por um aluno do ensino médio, que Ingedore Koch torna público em sua obra *A coerência textual* (1990):

O Show

O cartaz

O desejo

O pai

O dinheiro

O ingresso

O dia

A preparação

A ida
O estádio
A multidão
A expectativa
A música
A vibração
A participação
O fim
A volta
O vazio
(Koch, 1990, p. 10)

Falando de recursos coesivos, o texto não é muito complexo. Mas, não é possível dizer que não há coerência nele, pois é possível saber exatamente o que aconteceu, em que ordem e porque tudo aconteceu. Sem orações, apenas com artigos e substantivos, foi possível criar um texto coerente, mesmo que não coeso. Em questão de intertextualidade, interpretação e construção de sentido, o texto *Show* cumpre seu papel fundamental de texto a todo momento. Sendo assim,

[...] a coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido desse texto. Esse sentido, evidentemente deve ser do todo, pois a coerência é global (Koch, 1990, p. 21).

A citação de Ingedore Koch acima, em sua obra *A coerência textual* (1990), esclarece como a coerência se torna não apenas parte do texto, mas ele como um todo, afinal, sem a possibilidade da construção de seu sentido, um texto deixa de ser texto e passa a ser apenas um amontoado de frases. Com a possibilidade de interpretações, intertextualidades e construções de sentidos, o texto é, de fato, o texto. Ou seja, o texto se torna texto, enunciado e discurso porque a coerência lhe dá a vida, o sentido.

Quando Ingedore Koch (1992) fala sobre interação dentro da Linguística do Texto, ela aborda a relação que o receptor tem com o texto produzido. Um texto nunca vai ser um objeto estático, ele estabelece relações de intertextualidade com quem o recebe. O receptor do texto tem espaço para interagir com o que é produzido, criar relações de intertextualidade e interpretar de acordo com seu contexto social e cultural de língua. A interação comunicativa é elemento crucial para a construção de sentido bem executada. É a partir dessa interação que o receptor do discurso consegue acessar seus recursos internos de intertextualidade e interpretar o que está sendo dito

com base no contexto da situação que está sendo presenciada. Além disso, as escolhas lexicais e sintáticas feitas pelo falante, que revelam suas preferências e sua visão de mundo, podem alterar o sentido do que está sendo dito (Koch, 1992).

Os recursos coesivos são essenciais para que o texto se conecte de forma lógica internamente, facilitando sua compreensão e sua progressão, pois constrói ideias de forma organizada. Já a coerência, se bem executada, reflete a intencionalidade do autor, a situacionalidade do texto e a construção de intertextualidade tanto do autor quanto do interlocutor. Tanto a coesão quanto a coerência agem sozinhas e em conjunto. Isoladas, atuam intrínsecas ao texto. Já trabalhando coletivamente, estabelecem o sentido global do texto e abrem espaço para possibilidades de interpretações e intertextualidades a serem construídas pelo interlocutor (Koch, 1992).

3. OS FATORES PRAGMÁTICOS DO TEXTO: JÁ OLHANDO PARA O TEXTO

Segundo a Linguística do Texto, os fatores pragmáticos são essenciais para a construção de sentido de um texto razoável. Esses fatores pragmáticos são: 1. aceitabilidade; 2. situacionalidade; 3. intertextualidade; 4. intencionalidade; 5. informatividade. Além dos conceitos de coesão e coerência, a pesquisa também explora esses 5 fatores pragmáticos dentro dos planos de governo do PT e do PL quando ambos se utilizam do termo “mulher”.

Começando pelo conceito de aceitabilidade, é o fator pragmático que diz respeito à capacidade de o texto ser compreendido e aceito pelo receptor. Para que isso aconteça, o texto precisa ser coeso, coerente e relevante ao interlocutor. A aceitabilidade também leva em consideração as expectativas do leitor. Por exemplo, dentro de um documento oficial como um plano de governo de um país democrático e laico como o Brasil, não seria aceitável textos que tivessem relações intertextuais com textos que violassem os direitos humanos ou deixassem possíveis inferências dessa violação aos interlocutores. É aceitável e esperado, dentro de um plano de governo, que a dignidade e os direitos humanos sejam defendidos e priorizados, inclusive os direitos femininos.

É importante lembrar que os documentos oficiais de campanha, como o exemplo estudado dos planos de governo, não são o que necessariamente vai acontecer caso um ou outro governo seja eleito. Os planos de governo são promessas que os governos que disputam as

eleições fazem aos seus eleitores para quando forem eleitos, mas isso não quer dizer que as promessas vão, necessariamente, ser cumpridas.

No aspecto da aceitabilidade, os dois planos de governo são aceitáveis. O trecho citado a seguir está presente no plano de governo do Partido Liberal. Ao falar sobre o “estímulo à empregabilidade e à flexibilização do regime de trabalho” (Plano..., 2022b, p. 28), o PL faz jus com o que pode ser prometido em um plano de governo.

[...] Dentre elas, o Programa Brasil para Elas, uma estratégia nacional de fomento ao empreendedorismo feminino para o desenvolvimento socioeconômico; o Qualifica Mulher, para a capacitação profissional, empreendedorismo e fomento por linhas de crédito; e o Emprega Mais Mulher, de estímulo à empregabilidade e à flexibilização do regime de trabalho. Dentro da visão de empreendedorismo como ferramenta de transformação das mulheres, o governo reeleito irá reforçar essas ações com a ampliação de creches no contraturno escolar (Plano..., 2022b, p. 28).

Podemos confirmar que o PT também condiz com a aceitabilidade no item 31, do plano de governo do Partido:

As políticas de segurança pública contemplarão ações de atenção às vítimas e priorizarão, a prevenção, a investigação e o processamento de crimes e violências contra mulheres, juventude negra e população LGBTQIA+ (Plano..., 2022a, p. 7).

Ao falar sobre a criação de políticas públicas que darão atenção ao processamento de violência contra as mulheres, à juventude negra e a população LGBTQIA+, o PT também faz jus com o que pode ser prometido em um plano de governo.

A aceitabilidade é fator crucial para a construção de sentido de um texto, pois é um dos pontos essenciais para que o interlocutor tenha capacidade de atingir a interpretação desejada do texto produzido e construindo, de fato, seu sentido.

A intencionalidade, como os outros fatores pragmáticos, é pilar da textualidade. A intencionalidade se refere à intenção do autor ao produzir um texto. É o objetivo comunicativo que se deseja alcançar e que efeito de sentido se deseja que o interlocutor construa. A organização das ideias, a escolha de palavras e a estrutura do texto são decisivos para que seja possível alcançar ou não esse objetivo.

A intenção dos textos dos planos de governo é convencer seus interlocutores de suas promessas para que se tornem seus votantes. Ou seja, o texto deve ter sentido de persuasão. Quando se trata de direitos femininos, os planos de governo tentam convencer as mulheres de que, caso eleitos, melhorarão as condições de segurança, emprego, violência e saúde das mulheres. Isso se confirma nos dois planos de governo analisados.

O Partido Liberal, em seu plano de governo afirma:

Também para assegurar o direito à segurança, o atual governo ampliou as ações de proteção focalizadas nos grupos mais vulneráveis à violência, como mulheres, crianças e adolescentes e pessoas idosas, além de investir no combate a homicídios e ao feminicídio, com resultados positivos já observados (Plano..., 2022b, p. 31).

O trecho citado evidencia as promessas feitas pelo PL quanto à segurança das mulheres pelo combate ao feminicídio. A escolha do uso de verbos no passado é essencial para a construção do sentido provocado no interlocutor. Ao afirmar que o partido já “ampliou as ações de proteção” e, ao final do trecho, falar que já houve resultados positivos observados, leva o interlocutor a pensar, devido às informações pressupostas, que as medidas mencionadas deram certo e podem continuar sendo ampliadas caso o governo seja reeleito.

No item 36, do plano de governo do Partido dos Trabalhadores, é dito que:

Vamos construir um país que caminhe rumo à equidade de direitos, salários iguais para trabalhos iguais em todas as profissões e a promoção das mulheres na ciência, nas artes, na representação política, na gestão pública e no empreendedorismo (Plano..., 2022a, p. 36).

Ao optar por palavras como “vamos”, o PT promove sentido de união ao interlocutor, afinal, não estão dizendo que irão construir sozinhos “um país que caminhe rumo à equidade de direitos”, mas que o farão junto com a população brasileira. Essa informação é um exemplo de subentendido.

Nos planos de governo de todos os partidos, a intencionalidade como fator pragmático do texto é decisiva para os candidatos conseguirem a posse do país ou não. Se o texto do plano de governo não estiver bem estruturado quanto às intenções dos partidos para o caso de serem eleitos, será difícil conseguir convencer a população de que suas propostas são válidas e fortes.

A informatividade como fator pragmático de um texto se refere à qualidade e à quantidade de informações que um texto possui. Não apenas desperta interesse e conhecimento no interlocutor, como também traz dinamicidade e cria conexão com quem lê, tornando a construção de sentido mais provável de ser atingida.

Nos planos de governo, a informatividade faz-se necessária para tornar o texto transparente na relação entre os partidos e os possíveis eleitores – e não eleitores também, pois podemos ler os planos de governo, não concordar com o que está sendo proposto e optar por votar em outro partido que concordamos com as propostas. A transparência evidencia as propostas dos governos quanto às intenções no caso de serem eleitos e às ações que pretendem implementar. Sem informatividade, não se faz um plano de governo, pois é exatamente dessas informações que esse gênero textual precisa para ser construído.

A transparência promovida pela informatividade nos planos de governo fortalece a democracia, pois capacita os cidadãos a votarem em um candidato tendo ciência do que é e do que não é proposto pelo seu partido. Transparência essa idealizada pelo autor do texto, mas nem sempre concretizada na leitura dos diferentes sentidos possíveis percebidos pelo leitor do texto. Não podemos esquecer de que todo texto é orgânico e histórico e o sentido se constrói na relação entre texto/leitor/autor.

Ambos os planos de governo analisados são compostos por informações relevantes quanto aos direitos femininos. Isso pode ser analisado em todos os trechos citados na pesquisa, pois sempre que o termo “mulher” é utilizado, está inserido em um contexto de melhora ou promoção de direitos relacionados à saúde, segurança, combate à violência e promoção de empregos e bem-estar feminino.

A situacionalidade refere-se ao contexto no qual o texto é produzido, ou seja, a situação comunicativa. A pesquisa analisa o uso do termo “mulher” nos planos de governo, sendo assim, a situação comunicativa é a de possível persuasão de eleitores para que estes votem no partido com o qual mais se identificarem e este consiga a posse do país. Convencer eleitores de que o seu partido preza pelos seus direitos e é mais eficiente que os outros não é tão simples, por isso o uso dos fatores pragmáticos – como os já citados – se faz tão importante.

Se a pesquisa analisasse o uso do termo “mulher” em outra situação comunicativa, como músicas lançadas no Brasil entre 1990 e 2000 ou em títulos de livros em uma determinada estante de uma biblioteca municipal, os resultados obtidos seriam outros, pois os textos seriam

outros, com outras intenções, outro público alvo e outro contexto. Com isso, entendemos que o que é dito sobre as mulheres no plano de governo tem um discurso específico usado para fins específicos. Esse fim é a posse do Brasil. É esperado que não sejam vistos discursos de ódio dentro de planos de governo, pois os alvos desse ódio não seriam convencidos a votar no partido que produziu o texto desse plano de governo, assim deixando o partido mais longe de seu objetivo final: vencer as eleições. Mesmo não estando previsto em plano de governo algum, esses discursos de ódio existem.

É possível analisar em todos os trechos dos planos de governo citados, que a situacionalidade como fator pragmático nos textos dos planos de governo em questão – o PT já tendo estado em posse do país duas vezes nesse milênio (2003 - 2016) e o PL tentando uma reeleição após o mandato entre 2019 e 2022 - faz com que tudo que seja dito sobre direitos femininos e sobre as mulheres nos textos seja em prol de sua vida e segurança. Se assim não fosse, o partido ficaria muito atrás do outro, afinal a maioria das mulheres não votaria em um partido que não prezasse pelos seus direitos de vida. Ou seja, o partido estaria mais longe de alcançar seus objetivos caso não tratasse dessa pauta.

O último fator pragmático da Linguística Textual, e o que permeia todos os outros, é a intertextualidade. A intertextualidade é o fenômeno linguístico que faz os textos se relacionarem uns com os outros. Relações intertextuais enriquecem os textos e fazem com que seja possível criar uma rede de diálogo entre textos e seus intertextos. Todos os textos são compostos por outros textos – esses, chamados intertextos – assim como todos os textos se relacionam com outros textos – esses que também possuem suas próprias relações intertextuais. Ou seja, textos são intertextuais por excelência.

Entretanto, existem relações intertextuais mais representativas dentro de determinados textos que fazem sua construção de sentido ser ampliada. Relações intertextuais necessitam de interlocutores ativos. O interlocutor precisa ter domínio do texto que está sendo introduzido na relação com o texto principal. Por exemplo, o plano de governo do PT começa dizendo:

Mais do que nunca, o Brasil precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação de um país devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias; que coloca em xeque a democracia e a soberania nacional, que destrói o investimento público e das empresas, e que dilapida o patrimônio natural, aprofundando as desigualdades e condenando o país ao atraso e ao isolamento internacional (Plano..., 2022a, p. 2).

Esse é o primeiro item que o Partido dos Trabalhadores traz em seu plano de governo. Pode ser considerado uma relação intertextual com a forma que o PL procedeu durante seu tempo de mandato se o interlocutor desse texto tem ciência do que aconteceu durante os anos anteriores do governo do PT e do PL no Brasil.

O Partido dos Trabalhadores, não somente na época em que esteve empossado, sempre se orgulhou de ter tirado o Brasil do mapa mundial da fome, criando medidas de políticas públicas para pessoas em vulnerabilidade social, jovens, mulheres e pessoas negras. O Partido Liberal, em relação com o público interlocutor alvo do plano de governo do PT, não tem boa fama em relação à criação ou mesmo a ampliação de políticas públicas no Brasil. Assim, o interlocutor ativo ideal do plano de governo do PT identifica, interpreta e cria relação intertextual entre o texto que está sendo lido e o conhecimento prévio que detém sobre o Partido Liberal. Esse é um exemplo de intertextualidade presente nos planos de governo.

A escolha do Partido dos Trabalhadores de começar o plano de governo com possíveis relações intertextuais com o Partido Liberal, traz, como informação subentendida, que eles se veem como principal oponente do PL durante as eleições de 2022. O que está subentendido é a visão que o partido tem ao se colocar, antes de tudo, como polo oposto ao Partido Liberal. Mesmo antes de comentar sobre suas promessas e propostas, o PT se coloca nas eleições como maior oponente do que foi feito durante o governo do PL.

O Partido Liberal também se coloca como oposição do governo do PT quando trata em seu plano de governo:

Por meio do instituto nacional de colonização e reforma agrária (incra), foram titulados 326 mil assentados em três anos. Essa titularização de terras nos assentamentos foi maior na atual gestão do que nos dez anos anteriores (Plano..., 2022b, p. 34).

Essa comparação feita pelo PL se torna relação intertextual com o governo do PT, uma vez que é sabido que estes estiveram em posse entre 2002 e 2016, ou seja, fazendo parte da gestão presidencial dos “dez anos anteriores” que o PL comenta. Essa também é uma informação implícita que o leitor consegue inferir.

Os textos dos planos de governo são compostos por relações intertextuais dos próprios governos e dos governos opositores. Por meio dessas e outras relações intertextuais, podemos

analisar que ambos os partidos se enxergam como opositores cruciais na corrida eleitoral para presidência do Brasil no pleito de 2022.

Essas relações textuais, mostradas na perspectiva da Linguística Textual, evidenciam as possibilidades de leitura de um texto, considerando-o como unidade de sentido e como um todo organizado de sentido(s) que são construídos na arquitetura interna das produções escritas nos planos de governo.

4. AS INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DO TEXTO

A obra *O texto e a construção dos sentidos*, escrita por Ingedore Koch (1997), é dividida em duas partes. A primeira, “a construção textual do sentido”, tem foco para o texto escrito; a segunda, “a construção dos sentidos no texto falado”, se ocupa da reflexão sobre a coerência e a coesão nos textos produzidos oralmente. Nessa última parte, a autora aborda diferentes estratégias textuais, como a de organização da informação, de formulação de referenciação e “‘balanceamento’ (‘calibragem’) entre o explícito e o implícito” (Koch, 1997, p. 38).

Essa estratégia de balanceamento (calibragem) citada por Ingedore Koch (1997) é a relação existente entre as informações previamente ditas pelo texto e os pressupostos construídos pelo leitor. Para construir esses pressupostos deixados pelo texto, o leitor recorre ao que a autora chama de contexto sociocognitivo, por exemplo: a situação comunicativa que está acontecendo, os “scripts” sociais e os próprios conhecimentos intertextuais. A necessidade de o interlocutor ter de recorrer aos próprios sistemas de conhecimento resulta de um grande processo de construção de sentido de um texto complexo (Koch, 1997).

Ainda, existem informações implícitas dentro dos textos que contribuem para a construção de sentido do discurso do texto, como: pressupostos (baseado em conhecimento prévio do interlocutor sobre situações não mencionadas explicitamente, mas tomadas como verdade), subentendidos (informações não explicitamente ditas, mas possíveis de inferir considerando o texto do autor) e inferências (lacunas deixadas pelo texto que ficam na responsabilidade do interlocutor completar).

Por exemplo, trazendo para a temática do trabalho, logo no início do plano de governo oficial da campanha do Partido dos Trabalhadores para as eleições de 2022 está escrito: “O sentido dessa união não é de apenas trabalhar pela vitória eleitoral, mas, sobretudo, por um projeto que reconstrua o país no presente e o transforme para o futuro”. Quando é dito “por um

projeto que *reconstrua* o país no presente e *transforme* o futuro”, é possível analisarmos que a partícula *-re* na unidade *reconstrua* indica, como subentendido, que já foi tentado fazer essa construção e ela não é mais válida ou suficiente para os dias de hoje. Ainda, a unidade *transforme* indicando a transformação do futuro prevê, como pressuposto, uma mudança positiva no futuro se o plano de governo eleitoral em questão fosse aprovado e eleito. O texto deixa como inferência que os feitos do Partido Liberal enquanto empossados não foram positivos e que quando o Partido dos Trabalhadores for eleito, terá resultados melhores.

4.1 A construção de sentido nos planos de governo

Dentre outros aspectos, tanto o plano de governo do PT quanto o do PL, para o processo eleitoral de 2022 no Brasil, tratam dos direitos das mulheres. Nessa pesquisa, analisamos linguisticamente como são as ocorrências do termo “mulher” dentro dos documentos oficiais da campanha dos partidos em questão e quais informações estão implícitas nessas ocorrências. Após isso, chegaremos às conclusões finais.

Mesmo antes de chegarmos na análise linguística, já é possível perceber uma grande diferença estética entre os dois planos de governo. Enquanto o do PT é um documento composto majoritariamente por texto verbal, apenas com uma imagem no cabeçalho, o do PL contém diversas imagens e ilustrações coloridas - principalmente nas cores verde e amarela, cores que também estão presentes na bandeira do Brasil. Exemplos dessa diferença estética estão disponíveis no Anexo A.

O plano do PT é dividido em 4 subtítulos, sendo esses: 1. Vamos juntos pelo Brasil – compromissos para a reconstrução e transformação do país; 2. Desenvolvimento social e garantia de direitos; 3. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; 4. Defesa da democracia e reconstrução do estado e da soberania. Cada um dos subtítulos têm números diferentes de itens explorados. O plano de governo do PL, também é dividido em 4 subtítulos: 1. Valores e princípios centrais do plano de governo; 2. Fundamentação estratégica; 3. Plano de governo; 4. Conclusão. Os subtítulos também têm números diferentes de itens explorados. Enquanto o plano de governo do PT conta com 21 páginas, o do PL é composto por 48 páginas.

Durante todo o documento, o Partido dos Trabalhadores trabalha com a ideia de reconstrução e transformação de uma realidade que já foi construída e estabelecida, mas que atualmente não funciona da forma que deveria. O plano de governo do PT defende que, para mudar essa realidade e tornar o Brasil mais justo a todos, é necessário que haja uma reestruturação de políticas públicas, fortalecimento do sistema de saúde, investimentos sérios na educação e em pautas ambientais. Essas são informações pressupostas ou subentendidas no plano de governo do PT, mas que se evidenciam quando o partido opta por fazer uso de palavras como “reconstrução” e “transformação” (Plano..., 2022a). Assim, o Partido dos Trabalhadores infere ao leitor que no caso de serem eleitos, farão do Brasil um lugar melhor para se viver.

No plano de governo do PL, essa mesma ideia defendida pelo PT não é bem vista por eleitores, candidatos e simpatizantes do Partido Liberal. O PL preza pela prevalência de direitos já existentes e postos em prática enquanto o governo do próprio partido estava em posse e não pela criação de novos. O PL acredita que o que o Brasil já faz em questão de políticas públicas é o suficiente, apenas precisa de manutenção, mas não há necessidade da criação de novidades. Isso infere ao leitor que, no Brasil, já estamos avançados no quesito de direitos humanos e femininos.

O plano de governo do PT menciona o termo “mulher/mulheres” em nove ocasiões. O do PL, em 34. A primeira ocorrência do termo no plano de governo do PT é na segunda página, no primeiro subtítulo: “Mulheres, negros e jovens padecem com o desmonte de políticas públicas, de modo a reforçar discriminações históricas” (Plano..., 2022a, p. 2). A primeira vez que o plano do PL faz uso do termo é no terceiro subtítulo, na página 17: “Também é indispensável avançar na agenda de empregabilidade de jovens e mulheres, dois públicos que ainda sofrem com taxas de desemprego mais altas que a média da população” (Plano..., 2022b, p. 17). Temos aqui um exemplo de intertextualidade, na medida que essa informação se relaciona com outros textos de conhecimento dos públicos em que isso é direcionado.

Com o que é dito na primeira ocorrência do termo analisado no plano de governo do PT, podemos entender, como subentendido, que o plano promete não haver mais desmonte de políticas públicas a fim de não reforçar discriminações históricas, pois reconhece que isso aconteceu e quer transformar essa realidade. Isso se deve ao uso da expressão “padecem com o desmonte” (Plano..., 2022a, p. 2). Uma vez que não é objetivo de nenhum plano de governo que seus cidadãos padeçam com o desmonte de algo, principalmente de políticas públicas, está

subentendido que isso é uma promessa que o plano de governo do PT tem de resolver caso for eleito.

Com o que é dito na primeira ocorrência do termo analisado no plano de governo do PL, podemos entender, também como subentendido, que o plano promete tentar aumentar as oportunidades de emprego que já existem para jovens e mulheres, porque reconhece que são os dois públicos que mais sofrem com isso. Isso se deve à unidade *avançar* (Plano..., 2022b, p. 17) que está semanticamente ligada com o termo “mulher” e por apenas ser possível dizer “avançar” para algo que já existe.

Analisando o plano do governo do Partido dos Trabalhadores e do Partido Liberal, cujos candidatos disputaram o segundo turno das eleições para a presidência do Brasil em 2022, podemos concluir que ambos possuem objetivos diferentes. Questões como aceitabilidade e informatividade podem ser percebidas nessa reflexão, contribuindo assim para a construção do sentido dos planos. Ambos os planos possuem promessas, mas acabam se opondo em valores e crenças. Enquanto o plano de governo do PL transmite crenças de manutenção de ideais, direitos e políticas públicas já existentes e aplicadas pelo próprio partido durante o tempo que já estiveram no poder, o do PT acredita que o que foi aplicado pelo Partido Liberal colaborou para a destruição dos direitos das minorias e da natureza, e preza pela reconstrução dos direitos humanos que foram corroídos pelo PL. Essa ideia se confirma logo no início no plano de governo do PT, no primeiro item do primeiro subtítulo:

Mais do que nunca, o Brasil precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação de um país devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias; que coloca em xeque a democracia e a soberania nacional, que destrói o investimento público e das empresas, e que dilapida o patrimônio natural, aprofundando as desigualdades e condenando o país ao atraso e ao isolamento internacional (Plano..., 2022a, p. 2).

Expressões como “mais do que nunca” e “trouxe de volta” clarificam o discurso do plano de governo do PT, que tem como objetivo a reconstrução do Brasil após o que foi dissolvido durante os anos do governo anterior. Pressuposto e subentendidos, sem dúvida alguma, organizam o sentido que se constrói aqui. Outro exemplo disso é o uso de palavras como *mudança, transformação, restauração e reestruturação* (Plano..., 2022a) que permanecem em uso ao decorrer de todo o documento referente ao Partido dos Trabalhadores.

Essa reconstrução defendida pelo PT prioriza o investimento nos direitos humanos, principalmente ligados às mulheres, às pessoas pobres, à educação e à fome. Isso pode ser confirmado com o que é dito no item 36:

O Brasil não será o país que queremos enquanto mulheres continuarem a ser discriminadas e submetidas à violência pelo fato de serem mulheres. O Estado brasileiro deve assegurar a proteção integral da dignidade humana das mulheres, assim como desenvolver políticas públicas de prevenção contra a violência e para garantir suas vidas. Vamos construir um país que caminhe rumo à equidade de direitos, salários iguais para trabalhos iguais em todas as profissões e a promoção das mulheres na ciência, nas artes, na representação política, na gestão pública e no empreendedorismo (Plano..., 2022a, p. 8).

Assim, o plano de governo do PT enfatiza o interesse em transformar a realidade do Brasil. No trecho apresentado, pode-se dizer que o objetivo é transformar a realidade porque, como explícito no excerto do plano de governo, é reconhecido que as “mulheres são discriminadas e submetidas à violência pelo fato de serem mulheres” (Plano..., 2022a, p. 8). Sabendo que os planos de governo esboçam o país que o governo que faz o plano deseja e esse plano diz que o Brasil não será o país que queremos enquanto as mulheres estiverem sendo violentadas, a informação implícita do texto é que essa realidade será transformada caso o partido seja eleito. Esse também é um exemplo de informatividade.

Já o plano de governo do Partido Liberal, ao longo de todo o plano de governo faz uso de elementos como *avanço, ampliação, reforma, consolidação, modernização e redirecionamento* (Plano..., 2022b) transmitindo ideias de que o governo do plano em questão acredita que o que se têm politicamente no país atualmente ainda é válido e possível de fazer uso de maneira adequada a realidade de todos, apenas precisa de manutenção para que continue como está.

Um dos itens do plano de governo do PL se chama “Ampliar e Fortalecer as Políticas e Programas direcionados às Mulheres, Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência”:

Dentre as ações para enfrentar a violência contra as mulheres, houve o fortalecimento da rede de proteção e foi reformulado o projeto da Casa da Mulher Brasileira, criando três novas modalidades, o que permitirá, com um custo menor, levar o equipamento mais rápido às demais capitais. [...] Para promover a dignidade da mulher, no exercício da maternidade, foi criado o Programa Mães do Brasil, que tem como objetivos, dentre outros, reconhecer o valor da maternidade para o bem comum, a fim de amparar as mulheres no exercício integral da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos, além de fomentar a inserção e a reinserção das mulheres mães no mercado de

trabalho, a conciliação trabalho-família e a equidade e corresponsabilidade no lar (Plano..., 2022b, p. 28).

Além disso, no item “Promover os direitos humanos para todos”, consta:

Também para assegurar o direito à segurança, o atual governo ampliou as ações de proteção focalizadas nos grupos mais vulneráveis a violência, como as mulheres, crianças e adolescentes e pessoas idosas, além de investir no combate a homicídios e ao feminicídio, com os resultados positivos já observados (Plano..., 2022b, p. 31).

Os trechos acima confirmam que, tanto o Partido Liberal, quanto o Partido dos Trabalhadores, reconhecem que as mulheres são vítimas de violência e que essa é uma das causas mais urgentes do país, tornando-se exemplos de aceitabilidade dos planos de governo. Mas, a forma que prometem lidar com essas agressões se difere. Enquanto o PT promete criar novas possibilidades de segurança e garantia de direitos, o PL promete nutrir as leis e fortalecer os projetos de assistência às mulheres vítimas de violência que já temos no Brasil. É possível analisar e comparar o que cada partido promete como ações contra a violência às mulheres devido à informatividade dentro dos planos de governo.

Isso é percebido na medida em que lemos os textos do PT e do PL, observando questões de coesão, coerência, fatores pragmáticos, pressupostos e subentendidos. Ou seja, todos os elementos que contribuem na construção da unidade texto, são responsáveis pelo seu sentido. Isso deve ser lido, para que se compreenda a proposta de governo apresentada e se verifique qual sentido é construído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mais que visto como, tanto o Partido dos Trabalhadores quanto o Partido Liberal, se enxergam como rivais de crenças e valores durante as eleições para a presidência do Brasil no pleito de 2022. Os planos de governo dos dois partidos evidenciam essa rivalidade com inferências, subentendidos, pressupostos e relações intertextuais, principalmente quando postos em contraponto.

Ambos os partidos reconhecem que as mulheres brasileiras têm seus direitos afetados por condutas históricas que ainda não foram reparadas. Em ambos os planos de governo, os partidos prometem tentar equalizar os direitos femininos, sendo em questão à saúde, à segurança, à

escolaridade e à empregabilidade por meio da reconstrução (palavra usada no plano de governo do PT) de políticas públicas que favoreçam as mulheres e pela manutenção (palavra usada no plano de governo do PL) de leis já existentes atuantes na violência contra as mulheres.

Mais uma vez, é importante ressaltar que o que é dito e prometido nos planos de governo, teoricamente deveria ser posto em prática no caso de eleição do partido, mas muitas vezes isso não é o que acontece. Muito já foi prometido em prol da vida das mulheres e contra a violência doméstica, mas nem tudo que foi prometido foi concretizado.

A luta pelo direito das mulheres é contínua. Ainda assim, a existência dessa pesquisa é a prova do avanço que já tivemos se compararmos o ano de publicação (2024) deste trabalho com algumas décadas anteriores, primeiramente pelo fato da autora e da responsável pela orientação do trabalho serem mulheres, segundo pelo tema de análise do trabalho e terceiro pela possibilidade de comparação dos dois documentos que foram analisados. Ambos os documentos contêm pautas a favor da melhora de vida das mulheres e isso é uma cobrança real a ser feita à qualquer plano de governo sério.

Ao final da pesquisa, enfatiza-se a diferença entre o que é prometido pelos planos de governo oficialmente e o que é posto em prática. Um exemplo disso é que mesmo o plano de governo do Partido Liberal prometendo avanços quanto aos direitos femininos, durante seu tempo de mandato o representante foi publicamente agressivo de forma verbal com mulheres e outros grupos que são alvos de preconceitos como a comunidade LGBTQIA+, pessoas negras, pessoas em vulnerabilidade social e povos nativos originários. Ou seja, muito do que é prometido em documentos oficiais do governo pode se tornar incoerente com ações realizadas durante o mandato. Uma possibilidade de continuação da pesquisa seria a análise dessas incoerências entre o que é dito e subentendido nos planos de governo, o que é dito e subentendido publicamente pelos representantes dos partidos e o que é, de fato, feito.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2002.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral II**. São Paulo: Pontes, 1989.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, I. G. V. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1992.

PLANO de governo da Coligação Brasil da Esperança. **Candidado Luís Inácio Lula da Silva, eleição presidencial de 2022**. Material *online*: 2022a. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2022/09/lula.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

PLANO de governo da Coligação Pelo Bem do Brasil. **Candidado Jair Messias Bolsonaro, eleição presidencial de 2022**. Material *online*: 2022b. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

ANEXO A

As imagens abaixo, foram extraídas dos planos de governo dos candidatos, servem para ilustrar e justificar as comparações estéticas feitas na pesquisa.

Do plano de governo do candidato Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2022:



DIRETRIZES PARA O PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL
LULA ALCKMIN 2023-2026
COLIGAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA

Como ponto de partida para um amplo debate nacional, apresentamos as diretrizes para a construção coletiva do nosso Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil. Este documento foi organizado a partir de subsídios e contribuições das forças democráticas e progressistas que compõem a Coligação Brasil da Esperança, formada por PT, PSB, PCdoB, PV, PSOL, REDE, SOLIDARIEDADE, AVANTE e AGIR.

O sentido dessa união não é de apenas trabalhar pela vitória eleitoral, mas, sobretudo, por um projeto que reconstrua o país no presente e o transforme para o futuro. Nosso horizonte é a criação de um projeto justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para um Brasil que seja de todos os brasileiros e brasileiras.

Neste momento histórico decisivo, condenamos todas as forças sociais, políticas e econômicas comprometidas com a democracia, com a soberania e com o desenvolvimento a somarmos esforços para reconstruir e transformar o Brasil, resgatando as forças, o otimismo, a criatividade e a esperança do povo brasileiro.

VAMOS JUNTOS PELO BRASIL – COMPROMISSOS PARA A RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO PAÍS

1. Mais do que nunca, o Brasil precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação de um país devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta a fome, o desemprego, a inflação, o endividamento e o desalento das famílias; que coloca em xeque a democracia e a soberania nacional, que destrói o investimento público e das empresas, e que dilapida o patrimônio natural, aprofundando as desigualdades e condenando o país ao atraso e ao isolamento internacional.
2. A sociedade brasileira precisa voltar a acreditar na sua capacidade de mudar os rumos da História, para superar uma profunda crise social, humanitária, política e econômica, agravada por um governo negacionista, que negligenciou os efeitos da pandemia, sendo o principal responsável por centenas de milhares de mortes. O Brasil merece e pode mudar para muito melhor, pois nossa gente já provou do que é capaz. O Poder Público deve ser o grande estimulador dos acordos e parcerias multissetoriais necessários para a reconstrução do nosso país.
3. A política econômica vigente é a principal responsável pela decomposição das condições de vida da população, da instabilidade e dos retrocessos na produção e no consumo. O desemprego e a subutilização da força de trabalho seguem extremamente elevados, enquanto a precarização avança e a indústria definha. Setores estratégicos do patrimônio público são privatizados e desnacionalizados, bancos públicos e empresas de fomento ao desenvolvimento são destruídos,

Fonte: PLANO de governo da Coligação Brasil da Esperança. **Candidato Luís Inácio Lula da Silva, eleição presidencial de 2022.** [Material *online*]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/vp-content/uploads/2022/09/lula.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.

Do plano de governo do candidato Jair Messias Bolsonaro, do Partido Liberal nas eleições de 2022.

para combater as mazelas da depressão, da automutilação e do suicídio.

Muito foi feito pelas **mulheres, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e vulneráveis**. Todas essas ações visam fortalecer os vínculos familiares e intergeracionais, dentro da ideia de que os pais são os principais atores na educação das crianças, e não o Estado, e de que **famílias fortes são a base de nações fortes**. Assim, deverão ser ampliadas e consolidadas na gestão 2023-2026.

f) Assistência Social para Autonomia das Famílias

Preocupado em atender as famílias temporariamente sem acesso ao emprego e à renda e as famílias de baixa renda e em situação de risco, o governo reeleito continuará ampliando o investimento e fortalecendo suas ações nos três tipos de serviços da Política de Assistência Social: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional. O objetivo é possibilitar a autonomia das famílias, por meio do acompanhamento a

essas iniciativas serão ampliadas e aprimoradas, mas também se dará uma atenção especial ao fortalecimento e à expansão do SUAS, de modo que o acolhimento para famílias e para pessoas idosas, as residências inclusivas, o Serviço de Cuidado em Domicílio, a rede de unidades de acolhimento para álcool e drogas, dentre outros serviços, sejam expandidos e alcancem a todos os cidadãos e famílias que necessitem.

ALÉM DE TODOS OS ESFORÇOS NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA ESTRUTURANTES, O GOVERNO GARANTIU O ACESSO À ÁGUA DE QUALIDADE PARA MAIS DE UM MILHÃO DE PESSOAS DE COMUNIDADES RURAIS ISOLADAS

g) Promover o Acesso à Água Potável e ao Saneamento Básico como um Direito Social Fundamental

O acesso à água potável é um direito humano de todos, por isso o Saneamento Básico é uma importante preocupação do governo atual e deve ser intensificado fortemente no próximo mandato. Trata-se de obras que empregam vultosos recursos financeiros, muitas vezes não estão visíveis, e envolvem aspectos como infraestruturas e instalações para o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, tratamento de efluentes e rejeitos sólidos e limpeza urbana, entre outros. São fundamentais para preservar o meio ambiente e melhorar a qualidade

Dentre elas, o Programa Brasil para Elas, uma estratégia nacional de fomento ao empreendedorismo feminino para o desenvolvimento socioeconômico; o Qualifica Mulher, para a capacitação profissional, empreendedorismo e fomento por linhas de crédito, e o Emprega Mais Mulher, de estímulo à empregabilidade e à flexibilização do regime de trabalho. Dentro da visão de empreendedorismo como ferramenta de transformação das mulheres, o governo reeleito irá reforçar essas ações com a ampliação de creches no contraturno escolar. Além disso, destacam-se as ações de promoção e capacitação para ampliar a participação das mulheres no parlamento, assim como no empreendedorismo (pela capacitação e democratização do acesso ao crédito e microcrédito).

Para combater a violência contra a mulher, uma das causas mais urgentes em nosso país, foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio para garantir direitos e promover a assistência integral, humanizada e não revitimizadora às mulheres



nenhuma mulher fica para trás, dando efetividade à implementação dessas leis e consolidando essas políticas públicas.

Para promover a dignidade da mulher, no exercício da maternidade, foi criado o Programa Mães do Brasil, que tem como objetivos, dentre outros, reconhecer o valor da maternidade para o bem comum, a fim de amparar as mulheres no exercício integral da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos, além de fomentar a inserção e a

Da mesma forma, para as pessoas idosas, foram implementadas ações com o objetivo de assegurar os seus direitos sociais, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, por meio de políticas públicas de saúde, de assistência social, de trabalho, de previdência e segurança social e de esporte, turismo e lazer e educação para as pessoas idosas, bem como o Incentivo ao voluntariado e a participação da iniciativa privada, para criar as melhores condições para um envelhecimento ativo e saudável.

Fonte: PLANO de governo da Coligação Pelo Bem do Brasil. **Candidato Jair Messias Bolsonaro, eleição presidencial de 2022.** [Material *online*]. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-definitivo.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2024.